

O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO PROEJA FIC NO CAMPUS PELOTAS VISCONDE DA GRAÇA

Autora -Angelita Hentges
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul- Riograndense – Campus Pelotas
Visconde da Graça
angelitahentges@yahoo.com.br

Co-autora Maria Laura Brenner de Moraes
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul- Riograndense – Campus Pelotas
Visconde da Graça
mlaurabm@hotmail.com

Resumo

O texto que segue apresenta a trajetória de desenvolvimento do projeto Proeja FIC no Campus Pelotas Visconde da Graça. Consiste o projeto de formação inicial e continuada em áreas técnicas definidas, em relação com uma escola de Educação de Jovens e Adultos, séries finais do Ensino Fundamental, da rede municipal de educação do município de Pelotas RS. A pesquisa que se apresenta trata de verificar a efetivação das políticas públicas para a educação de jovens e Adultos na modalidade PROEJA, tendo como foco central o PROEJA FIC. Neste texto demonstra-se o processo inicial de elaboração do projeto na Instituição em foco, historicizando a elaboração do projeto e apresentando aspectos referentes a formação continuada dos profissionais envolvidos.

Palavras-chave: PROEJA FIC- formação continuada - políticas públicas

Abstract

The following text presents the development course of the project PROEJA FIC in the Campus Pelotas Visconde da Graça. The project of initial and continuing training consists of defined technical areas related to a Youth and Adults Education school, final grades of Elementary School, from the municipal education network of Pelotas RS. The present research aims to verify the execution of public policies for education of young and adults in the PROEJA project, having the PROEJA FIC as the main focus. The initial process of developing the project in the mentioned institution is demonstrated, historicizing the design of the project and presenting aspects related to the continuing education of professionals involved with it.

Key words: PROEJA FIC; continuing education; public policies.

Constituir-se espaço educativo de inclusão social não é tarefa fácil. E foi este o desafio que o Campus Pelotas Visconde da Graçaⁱ assumiu quando aceitou contemplar turmas de Proejaⁱⁱ, a partir de 2006. Na época com o curso Técnico em Vestuário e atualmente com Técnico em Agroindústria. Ainda no ano de 2009, o então conjunto Agrotécnico Visconde da Graça, aprova o projeto Proeja Fic, para integração entre a formação Técnica e a formação geral de Ensino Fundamental, especificamente nos anos finais. A temática construída para o projeto consiste em ser Formação inicial e continuada em grãos, rações, vestuário e meio ambiente, áreas em que a Instituição tem histórico de formação, e que deu nome ao projeto.

O desenvolvimento do PROEJA FIC justifica-se pela “necessidade de qualificação de mão-de-obra em nossa região nas áreas de conhecimento em estudo, além da tradição na formação de alunos nas áreas agrárias, agroindustriais e têxtil de nosso educandário. Além disso, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de despertar a discussão sobre as questões ambientais, envolvendo a utilização de materiais reciclados e alternativos”(projeto base). O objetivo do curso consiste em qualificar os alunos para atuarem no setor produtivo de beneficiamento e armazenamento de grãos, fábricas de rações, industriais têxteis e empresas e cooperativas de reciclagem. Visando a melhoria da competitividade, bem como a sustentabilidade destes setores e da economia da região abrangida pelo curso, além da possibilidade de geração de trabalho e renda. Ainda justifica-se por ser Pelotas-RS município considerado pólo econômico e educacional da região sul do estado. Sua matriz econômica está alicerçada nas atividades de produção de grãos (arroz e milho), além de atividade pecuária (bovinos de leite e corte, avicultura e suinocultura) que envolve o consumo de grãos na forma de rações para as diferentes espécies animais.

A carga horária total do curso é de 1400 horas, sendo que destas 1200 são de formação geral, ministradas na escola de origem e aproveitadas nos cursos técnicos. Os cursos técnicos são de 200 horas, divididas em módulos de 50 horas para cada formação, ou seja, para cada uma das especificidades: Grãos, Rações, Vestuário e Meio Ambiente. O aluno deve assistir 50 horas, totalizando ao final as 200 horas específicas. A duração é de 18 meses e a oferta de vagas em torno de 90 alunos. Para efetivação do projeto firmou-se um convenio entre a Instituição e a Prefeitura Municipal, da qual são oriundos os alunos. À Secretaria Municipal de Educação de Pelotas coube a tarefa de escolha dos alunos de

Educação de Jovens e Alunos – Séries Finais do Ensino Fundamental, tendo como critério de seleção para o acesso ao curso o desempenho escolar do aluno (notas e frequência), bem como o interesse em realizar o curso (informações do projeto).

O projeto do curso prevê que ao final do curso os egressos “poderão atuar em processos operacionais diretamente ligados ao controle de qualidade, secagem e armazenamento de grãos. Serão capazes de atuar nas fábricas de rações, estabelecimentos de comercialização de alimentos para animais e em estabelecimentos pecuários. Poderão desempenhar funções relativas ao manejo de máquinas de costura e equipamentos utilizados nos materiais confeccionados, ainda serão habilitados a atuarem em cooperativas de reciclagem de papel, embalagens pets e tetrapak”(informações do projeto).

Como critério de avaliação da aprendizagem o projeto indica que a mesma dar-se-á de forma processual, considerando aspectos quantitativos, com critérios objetivos, através de provas escritas e trabalhos em grupo, e qualitativos, pela observação da participação do alunos em sala de aula. Quanto a aprendizagem, os conhecimentos e experiências anteriores dos alunos nas diferentes áreas do saber que integram o curso de formação inicial e continuada, serão resgatados e confrontados com os conteúdos programáticos do curso, bem como socializados com os demais alunos.

A proposta de matriz curricular integrada ficou assim constituída: Língua Portuguesa, 220 horas, Educação Artística, 80 horas, Educação física 80 horas, Matemática 220 horas, Ciências 200 horas, Geografia, 80 horas, História, 80 horas, Inglês, 80 horas, Espanhol, 80 horas, Informática, 80 horas, Oficina teórico-prático de grãos, 50 horas, Oficina teórico-prático de rações, 50 horas, Oficina teórico-prático de reciclagem, 50 horas, e Oficina teórico-prático de confecção, 50 horas.

O projeto também prevê a elaboração e a vivência de quatro momentos interligados e concomitantes, sendo eles: a formação continuada dos docentes, técnicos e profissionais envolvidos no projeto; a elaboração de materiais pedagógicos; o monitoramento, estudo e pesquisa; e a atividade do curso. Cada um dos momentos com uma coordenação e etapas a serem cumpridas.

Quanto a elaboração de material pedagógico, o projeto indica que este é um dos recursos de apoio pedagógico, sendo elaborado tendo em vista o respeito ao pluralismo de concepções pedagógicas e à heterogeneidade dos alunos. Também na elaboração dos

materiais “será priorizado o fortalecimento dos mecanismos para eliminação de estereótipos relativos ao gênero, etnia e deficiência.” Ainda, as metodologias adotadas visarão proporcionar situações de ensino-aprendizagem tanto na sala de aula como nos laboratórios, também informar, induzir à reflexão, motivar e sistematizar conhecimentos já desenvolvidos. Os materiais deveriam ser desenvolvidos contemplando cada uma das quatro oficinas teórico-práticas, sendo eles: a produção de vídeos, uma apostila com fundamentos teóricos, um livro de atividades e um manual de protocolos para manuseio nos laboratórios.

Quanto a Monitoramento, Estudo e Pesquisa o projeto prevê a constituição de um grupo de pesquisa PROEJA CAVG-UFPEL, que tem como objetivo investigar os processos de educação profissional de jovens e adultos, além de investigar sobre a formação continuada dos professores que atuam nesta modalidade de ensino. Tem como principais linhas de estudo e pesquisa: - Educação; - Educação de Jovens e Adultos; - Metodologia do Ensino para EJA; - Política Pública para a Educação de Jovens e Adultos; - Formação continuada de professores; - Ensino à distância. É neste espaço que se encontra esta pesquisa que começamos a delinear. Vale-se de uma metodologia de pesquisa que priorize aspectos qualitativos, utilizando-se estratégias de estudo de caso, de pesquisa-ação, observação, entrevistas.

No que se refere a formação continuada dos sujeitos envolvidos há a indicação do projeto-base de que esta deve ser continuada e sistemática, enfocando ações de natureza política, pedagógica e administrativa, atendendo a todos os profissionais envolvidos na oferta dos cursos, abordando as especificidades do sujeito da educação de jovens e adultos, a problemática da integração curricular considerando as características do público a ser atendido, promovendo a reflexão sobre as bases politécnicas que fundamentam a formação pretendida, bem como as bases tecnológicas, tecnologias associadas e matrizes tecnológicas presentes na formação profissional proposta, abordando as metodologias de elaboração de material didático para os cursos, utilizando-se de diferentes metodologias, como seminários, palestras, oficinas, debates. A carga horária é de 120 horas a 240 horas, podendo ser presencial e a distância.

O desenvolvimento da formação tem como objetivo “elevar a qualificação dos profissionais da educação envolvidos no curso através de processos de formação inicial e

continuada. Além disso, objetiva-se que estes educadores possam contribuir eficientemente na educação de jovens e adultos, de forma que os alunos se desenvolvam como pessoas, tenham sucesso nas aprendizagens escolares e, principalmente, participem como cidadãos de pleno direito num mundo cada vez mais exigente sob diferentes aspectos”(dados do projeto).

Os componentes curriculares desta formação devem fornecer instrumentos que possibilitem aos professores atuarem como agentes ativos no processo ensino-aprendizagem, tendo por base a garantia da cidadania, resultante das exigências sociais, envolvendo aspectos inerentes ao desenvolvimento do conjunto da sociedade. O projeto prevê os seguintes componentes: Filosofia da Educação, História da Educação, Bases legais da educação de jovens e adultos, Políticas públicas na educação de jovens e adultos, fundamentos no ensino de jovens e adultos, fundamentos da educação profissional e da educação inclusiva. O projeto prevê o seu desenvolvimento de forma virtual, por meio da plataforma MOODLE, através do qual os professores poderão realizar seus estudos e cumprir as atividades previstas.

É justamente neste ponto, da formação dos envolvidos no projeto que se insere um dos aspectos basilares da pesquisa em questão, ou seja, da efetivação das políticas públicas para o PROEJA FIC. No projeto construído e apreciado pelos órgãos competentes havia uma intenção por parte dos organizadores a respeito do desenvolvimento da formação, que se apresentam nos componentes curriculares acima descritos, na metodologia pretendida. O que apresentaremos a seguir é a efetivação desta formação, delimitada em dois aspectos, primeiro no que se refere a abordar a metodologia de elaboração de material didático, e quanto a utilização da plataforma MOODLE como ferramenta.

No primeiro aspecto, ou seja, quanto ao encaminhamento das discussões para a elaboração do material didático o desafio logo percebido foi o do diálogo entre áreas diferentes. Vários encontros foram realizados com a intenção de trocar experiências entre a área técnica e a área de formação geral. A sistemática dos encontros foi de iniciar com a exposição da proposta da parte técnica, de cada oficina teórico-prática para o grande grupo. Isto aconteceu em dois encontros com a participação de todos os envolvidos. Os professores representantes das oficinas técnicas prepararam material pra a discussão e apresentaram ao grupo. Poucas foram as inferências por parte dos professores da formação

geral, o que gerou um certo desapontamento por parte de todos. Na sequência decidiu-se que o material seria disponibilizado na plataforma MOODLE, visto que todos haviam já feito a formação, e que a interação, com as sugestões, aconteceria pelo ambiente virtual.

Os professores da área técnica, provenientes do Instituto Federal disponibilizaram o material, porém a interação pretendida não ocorreu. Algumas críticas foram feitas por parte dos professores da formação geral, que não foram compreendidas pelos outros professores. Críticas que tratavam da linguagem do material “ser inacessível aos alunos de EJA”, que havia “muito texto” e que isto dificultaria a compreensão dos alunos, pois os mesmos não tinham capacidade de entendimento suficiente para aquele tipo de material, por serem alunos de ensino fundamental. O acolhimento destes argumentos não aconteceu de forma tranqüila, pois os professores da área técnica solicitavam sugestões, que não vinham. Aliado a tudo isso havia a questão dos poucos acessos do grupo da formação geral, a plataforma virtual. A conclusão deste momento era de que não “estava funcionando”, e instalava-se um clima de animosidade entre as áreas. Para demonstrar a dificuldade deste momento, em uma das reuniões da área técnica no Campus, a qual presidi como coordenadora pedagógica, o grupo apresentou “a vontade de abrir mão do projeto”, inclusive com a devolução do valor recebido para a compra de equipamentos do projeto.

Por outro lado, os professores da formação geral também apresentavam descontentamentos e manifestavam o desejo de não avançar no processo. Estas informações apareciam nas reuniões de coordenação do projeto, entre CAVG, Secretaria Municipal de Educação e Escola de Ensino Fundamental-EJA. Entre as queixas dos docentes da formação geral estava a dificuldade do acesso a internet, pois a escola dispunha de laboratório, mas os horários dos professores eram escassos, restando apenas um único turno semanal para isto, que também era o momento de reuniões específicas do curso de EJA. Aparentemente um impasse se colocava. Definimos então, a necessidade de uma reunião presencial para acertos, e encaminhamentos.

A reunião aconteceu com a presença de todos os envolvidos. Após inúmeros esclarecimentos, trocas de informações, e explicações “do que se disse”, “do que se tentou dizer”, ficou como responsável pelos desentendimentos a plataforma virtual. Deste encontro, que aconteceu no CAVG como todos os anteriores surgiu a necessidade e a

disponibilidade para encontros pontuais por assuntos, que foram agendados e realizados na escola municipal.

O resultado destes encontros foi a discussão de conteúdos, textos para a confecção do material, ainda que timidamente. A partir destes as apostilas foram finalizadas para o andamento das aulas. Nesta época as apostilas estão prontas, mesmo que com uma tímida contribuição da formação geral.

Quanto ao segundo aspecto, o da utilização da plataforma MOODLE, do ambiente virtual, para a continuidade da formação percebe-se claramente a dificuldade de acesso dos professores da formação geral. Os mesmos denunciam “a real falta de tempo” para a utilização da mesma. Inúmeras foram as falas em relação a dificuldade na condição de trabalho, pois muitos tem sessenta horas de trabalho semanal, o que inviabiliza a formação. Acreditamos que houve a intenção no momento da elaboração do projeto em flexibilizar o tempo de formação tornando-o a distancia. No entanto, esta intenção não se efetivou, e entendemos no momento a dificuldade desta, em função das condições de trabalho dos professores.

A partir deste relato, a respeito da elaboração do projeto, retomamos o interesse inicial deste texto que é de pontuar o objetivo da pesquisa em voga, a qual consiste em verificar a efetivação das políticas públicas para PROEJA, especificamente o PROEJA FIC. Para tanto, é necessária uma revisão teórica do documento base do projeto, em consonância com teorias emancipatórias. Não é objetivo neste texto apresentar a análise teórica, em função da mesma ainda fazer parte da pesquisa, que está em andamento. Assim, traçaremos teoricamente um aspecto que consideramos essencial para análise da prática, que consiste na interação comunicativa, elemento imprescindível para processos de formação continuada.

A partir do entendimento da formação continuada como processual, a linguagem assume papel relevante, não mais como uma ilustração do pensamento, mas como uma instância de construção do conhecimento da realidade em que se vive. Em resumo, não existe mundo independente da linguagem, a qual é inerente ao mundo, ou seja, a linguagem o constitui e é por ele constituída. A linguagem torna-se, então, para além de um simples instrumento de comunicação, a condição para a compreensão do pensamento conceitual, do conhecimento objetivo e da ação.

É este aspecto acerca da linguagem que se torna importante compreender, num processo de formação continuada: a interação dos sujeitos através da linguagem.

Habermas aponta para a importância da abordagem lingüística no surgimento da teoria pragmática da linguagem, a qual demonstrou que o conhecimento humano se constituiu “pela ação lingüístico-comunicativa” (MÜHL, 2003, p. 198). A linguagem humana passa, assim, a ser entendida como uma “ação”, como “práxis interativa”, como mediação, possibilitando “o processo intersubjetivo”. A pragmática passa a ter um papel preponderante na elaboração da teoria da ação comunicativa por atribuir um importante papel ao processo intersubjetivo, concebendo que a linguagem, muito além de ser apenas uma ilustração do pensamento, como o é na concepção tradicional, tem um papel central na constituição do saber.

A razão reconstruída por Habermas difere da razão instrumental, cuja estrutura se baseia no uso não comunicativo do saber em ações dirigidas a fins. A ação comunicativa consiste numa “interação de, no mínimo, dois sujeitos, capazes de falar e agir, que estabelecem relações interpessoais com vistas ao entendimento” (PINTO, 1996, p.75) Na busca do entendimento, Habermas propõe um sistema de regras às quais os falantes devem submeter-se para que ocorra o entendimento.

Habermas assume que, na teoria da comunicação, é imprescindível a interação livre dos indivíduos através da linguagem. A razão instrumental é cega frente às relações humanas, ao passo que a razão comunicativa mantém em si um “telos emancipador que torna possível a manutenção do poder transformador da razão” (MÜHL, 2003 p. 175); ou, ainda, que entre os falantes há a necessidade de um entendimento racional; então, pelo uso pragmático da linguagem, “estabelecem entendimentos racionais e constituem as estruturas do mundo da vida”.

O conceito de mundo da vida é estruturado por Habermas, segundo Pinto (1996), para dar conta do contexto em que acontece a ação comunicativa, pois aquilo que o falante quer dizer depende do conhecimento acumulado. Este é entendido como um contexto não problematizável, o pano de fundo que propicia os processos de alcançar-se o entendimento. O mundo da vida é constituído por um saber implícito, por relações intersubjetivas; por isso, é um complemento da ação comunicativa e constituinte da racionalidade comunicativa.

Dando base à validade da fala, Habermas explicita as condições *a priori* do entendimento:

Vou desenvolver a tese de que todo agente que atua comunicativamente tem que entabular na realização de qualquer ato de fala, pretensões universais de validade e pressupor que tais pretensões podem efetivar-se. Na medida em que quer participar em um processo de entendimento, não pode deixar de dispor das seguintes pretensões universais de validade (precisamente estas e não outras): a de estar expressando-se inteligivelmente, a de estar dando a entender algo, a de estar entendendo-se com os demais. O falante tem que escolher uma expressão inteligível, para que falante e ouvinte possam entender-se entre si; o falante tem que ter a intenção de comunicar um conteúdo proposicional verdadeiro, para que o ouvinte possa compartilhar o saber do falante; o falante tem que querer expressar suas intenções de forma veraz para que o ouvinte possa acreditar na manifestação do falante (possa confiar nele); o falante tem que, finalmente, eleger uma manifestação correta em relação a normas e valores vigentes, para que o ouvinte possa aceitar essa manifestação, de sorte que ambos, ouvinte e falante, possam concordar entre si sobre esta manifestação face a um fundo normativo reconhecido intersubjetivamente. (MÜHL, 2003, p. 178)

O ator deve ser capaz de argumentar, de tornar seu discurso compreensível, de justificar suas razões, num processo que envolve a evolução da espécie humana. Nesse sentido, Habermas apresenta as regras de validação cognitiva, considerando o ator competente é aquele

que tem, em primeiro lugar, o domínio das regras de operações formais, quais sejam, a capacidade de assimilar o mundo objetivo e o mundo social do seu entorno, sabendo interiorizar ações e pontos de vista dos outros (assimilação), concomitantemente, apresentando a capacidade de reorganizar suas estruturas cognitivas e esquemas mentais (acomodação) com a finalidade de interagir de forma cada vez mais reflexiva e consciente (MÜHL, 2003, p. 181)

O homem tem em si a capacidade de evoluir, de atingir novos níveis de aprendizagem. Assim, a comunicação representa a capacidade de interação do homem, que, através da competência do discurso, tem direito de expressar seus desejos, necessidades e atitudes. A interação consiste na capacidade dos agentes de cooperarem, reconhecendo-se mutuamente responsáveis e racionais. Para Habermas, há sempre uma obrigação em relação ao ato ilocucionário, “pressupondo a responsabilidade recíproca quanto à veracidade do que é comunicado”. (MÜHL, 2003, p 183).

A capacidade de argumentar do ator pode ser percebida pelo seu sentido, dependendo de como cada indivíduo utiliza as regras do discurso e da fala, quais sejam, a

clareza do significado, a retidão da ação e a seriedade do ato. Respeitar essas regras permite que cada indivíduo se coloque no nível do discurso. O desenvolvimento da capacidade comunicativa depende do desenvolvimento dessas competências, pois, só assim, a comunicação desempenhará as reivindicações dos atos de fala, que são: representar algo (verdadeiro) do mundo, expressar a intenção do locutor e estabelecer relações interpessoais legítimas. O uso dessas regras, tanto as da competência cognitiva, como as do discurso, é indispensável na busca do entendimento.

Os atos de fala são ações, ou seja, quando falamos, realizamos também uma ação. O indivíduo, ao falar tem sempre duas expectativas: uma que está na intencionalidade da ação da fala e outra, na pretensão de legitimar o que diz pelos argumentos. Habermas identifica três classes de atos de fala: os *constatativos* - que permitem ao indivíduo distinguir um mundo público de um privado, para uso cognitivo; os *representativos* - que permitem a distinção entre a individualidade e as ações através das quais os sujeitos manifestam-se no mundo, para exprimir expressões subjetivas; os *regulativos* - que possibilitam a distinção entre regularidades empíricas e regularidades sociais, para definir o agir prático-moral. Esses diferentes atos de fala são fundamentais para qualquer falante que queira entrar em comunicação.

Os “*atos de fala* têm sempre a pretensão do entendimento” (MÜHL, 2003, p. 186) e **são os mecanismos de interação** entre os indivíduos no mundo da vida; porém, pode num ato de fala o falante pretender a manipulação estratégica, perturbando os atos de fala. Para Habermas, nisso consiste a “esfera do discurso”. “O discurso se instala cada vez que o processo de entendimento torna-se perturbado” (p 186), ou seja, o discurso é a esfera que restaura a comunicação distorcida, porque nele se discutem as interpretações, as explicações e as justificações com o objetivo de alcançar um consenso racional.

A *situação-ideal-de-fala* e de *comunidade ideal* tem na teoria da racionalidade comunicativa papel central. O entendimento consiste na busca de um acordo racional. A situação de fala ideal é o pressuposto universal que possibilita o entendimento humano, agindo sempre no sentido de eliminar a distorção da comunicação. Como todo ato de fala existe num contexto e depende da competência de cada falante, a qual, por sua vez, depende do domínio de um sistema abstrato de regras lingüísticas, às vezes, o consenso pode ser falso. Essa situação de possibilidade de falha do consenso demonstra que “a

situação ideal de fala é um fato da razão... porém, como um interesse da razão que nos impõe a sua busca incessante, mesmo que não dê garantias da sua realização”.(p190). A situação-ideal-de-fala é sempre uma força operante que pode levar ao entendimento, embora jamais se efetive totalmente.

Uma comunidade ideal de comunicação depende da possibilidade de cada indivíduo participar, fazendo uso dos atos-de-fala e evitando distorções, buscando sempre o melhor argumento. Na sua constituição, uma comunidade comunicativa tem de ser livre da coação, obtendo um consenso racional e verdadeiro.

Ligada ao consenso, a questão da verdade diz respeito à justificação dos enunciados que são emitidos. Para Habermas, a verdade vincula-se diretamente aos enunciados, pois a experiência não é razão suficiente para explicar a verdade. O estabelecimento do que é verdadeiro depende do que é alcançado por sujeitos racionais numa situação de discussão. A questão da verdade está ligada às pretensões de validade, tendo como base um consenso de fundo, parte dos procedimentos comunicativos. Porém, o consenso é um desafio constante aos falantes, que passam sempre a buscar novos consensos a partir de discursos. Nas palavras de Mühl (2003, p. 198):

A razão do acordo é sempre, de novo, uma motivação racional, gerada pela força do argumento. A motivação racional da verdade consensual prende-se não a um consenso fático, cuja validade pode ser parcial e contingente, mas a uma condição ideal de fala que desafia os seres humanos em qualquer circunstância, e sempre de novo, a apresentarem justificações para seus atos.

É a racionalidade dos participantes que garante, numa comunidade comunicativa, o consenso sem coação externa. A razão, é então, a possibilitadora de um consenso verdadeiro. Para Habermas, são necessárias duas condições para que um argumento seja verdadeiramente racional: que sejam examinadas e produzidas todas as refutações do argumento e que este ainda permaneça válido e não seja alterado o resultado apesar do exame de outra pessoa.

Identifica-se, portanto, como é importante, na questão do consenso verdadeiro, a sua natureza histórica, ou seja, não imutável nem absoluta. Por isso, sua brevidade ou contradição são apontadas por Habermas na elaboração de consensos enganosos por três circunstâncias:

1) quando a experiência é objetiva, mas os indivíduos, por deficiência comunicativa (domínio insuficiente da linguagem), não conseguem exprimir adequadamente tal experiência.

2) quando a experiência é objetiva, mas, pela deficiência da competência dos interlocutores (linguagem hermética, diferenças étnicas), não se pode chegar a um consenso.

3) experiência não é objetiva pelo fato dos indivíduos não serem capazes de, sequer, concebê-la em forma de argumento (patologias, ideologias). (MÜHL, 2003, p.203)

A teoria da racionalidade comunicativa consiste numa possibilidade para a educação resgatar seu caráter de emancipação humana.

Enfim...

Apresentamos neste texto dois momentos que apesar de naturezas diferentes se inter-relacionam para compreendermos o objetivo desta pesquisa que consiste na verificação da efetivação das políticas para PROEJA. O momento da formação dos formadores é imprescindível para o êxito das intenções do projeto. Constituir o tempo de formação continuada em que a base seja a racionalidade comunicativa, ainda é um desafio, como apresentamos na primeira parte do texto. No entanto, este desafio, é indispensável para efetivar o que traz o documento base do projeto:

Integração entre trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral com a finalidade de contribuir para o enriquecimento científico, cultural político e profissional como condições necessárias para o efetivo exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

- DALBOSCO, Cláudio A. *Considerações sobre a relação entre filosofia e educação*. In: FÁVERO, Altair Alberto; DALBOSCO, Cláudio Almir; MÜHL, Eldon Henrique. *Filosofia, educação e sociedade*. Passo Fundo: editora UPF, 2003.
- MÜHL, Eldon Henrique. *Habermas e a educação*. Passo Fundo: UPF, 2003.

_____. Pressupostos da construção subjetiva e da reconstrução coletiva dos saberes da sala de aula. In: BENINCÁ, E.; CAIMI F.E. *Formação de professores: um diálogo entre a teoria e a prática*. Passo Fundo:UPF, 2002

PINTO, José M. de Rezende. *Administração e liberdade: um estudo do conselho de escola à luz da teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

PROEJA – Documento Base, 2006.

ⁱ Convém localizar que o atual Campus Pelotas Visconde da Graça tem esta denominação desde junho de 2010, passando a integrar nesta data o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Riograndense, desvinculando-se da Universidade Federal de Pelotas, para a qual denominava-se Escola Agrotécnica Visconde da Graça.

ⁱⁱ Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos